



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SUBORDINADAS, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE TERMOPERNAMBUCO S.A.

entre

TERMOPERNAMBUCO S.A.
na qualidade de Emissora

NEOENERGIA S.A.
na qualidade de Fiadora

e

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
na qualidade de Agente Fiduciário,

16 de outubro de 2007

21
8



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SUBORDINADAS, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE TERMOPERNAMBUCO S.A.

Pelo presente instrumento particular,

1. TERMOPERNAMBUCO S.A., companhia aberta com sede na Cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco, na Avenida Av. Portuária s/nº, Complexo Portuário de Suape, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.795.050/0001-09, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominada a "Emissora");
2. NEOENERGIA S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 78, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de fiadora (doravante denominada "Fiadora"); e
3. PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro 99, 24º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados "Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

(doravante denominadas, conjuntamente, "Partes" e, individualmente, como "Parte"),

RESOLVEM celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, Subordinadas, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, de Termopernambuco S.A." ("Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

I
DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em (i) reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 27 de setembro de 2007 ("RCA da Emissora"); e (ii) reunião do conselho de administração da Fiadora, realizada em 27 de setembro de 2007 ("RCA da Fiadora").





II DOS REQUISITOS

2.1. A segunda emissão de debêntures não conversíveis em ações, subordinadas, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública (doravante denominadas "Emissão" e "Debêntures"), pela Emissora, é feita com observância dos seguintes requisitos:

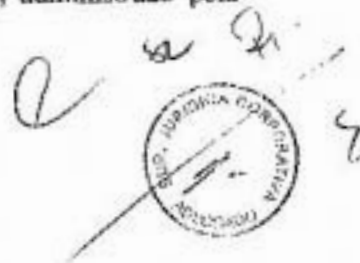
2.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. A ata da RCA da Emissora, realizada em 27 de setembro de 2007, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") em 9 de outubro de 2007, e publicada no "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" e no jornal "Valor Econômico" na edição dos dias 16 de outubro e 15 de outubro de 2007, respectivamente. A ata da RCA da Fiadora foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 2007, e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Valor Econômico" na edição do dia 4 de outubro de 2007.

2.1.2. Registro desta Escritura e de seus eventuais aditamentos. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCEPE e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Ipojuca, Estado de Pernambuco e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital, Estado do Rio de Janeiro.

2.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei nº 6.404/76"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução nº 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.4. Registro para distribuição no mercado primário. Foi solicitado registro para distribuição das Debêntures no mercado primário por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP.

2.1.5. Registro para negociação no mercado secundário. Foi solicitado registro para negociação das Debêntures no mercado secundário, através do (a) SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (b) Sistema BOVESPA FIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela





Boisa de Valores de São Paulo S.A. ("BVSP"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.1.6. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento. A oferta pública das Debêntures ("Oferta") será estruturada de acordo com o Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006 ("ANBID" e "Código ANBID", respectivamente), e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 20 e seguintes do Código ANBID, pelos coordenadores da Emissão, conforme definido no "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública da Segunda Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, Subordinadas, com Garantia Fidejussória, em Série Única, Sob Regime de Garantia Firme de Termopernambuco S.A." ("Contrato de Distribuição"), celebrado em 16 de outubro de 2007 entre a Emissora e os Coordenadores da Emissão (conforme definição no Contrato de Distribuição).

III

OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social (a) estudar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, bem como prestar os serviços relacionados, os quais serão concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, atividades associadas ao serviço de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, podendo administrar sistemas de produção, transmissão ou comercialização de energia a gás, a vapor e água, pertencentes ao Estado, União ou Municípios, emprestar serviços técnicos de sua especialidade; (b) constituir subsidiárias, incorporar, participar ou representar outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, quaisquer que sejam seus objetos sociais; e (c) praticar todos e quaisquer dos demais atos necessários para a mais fiel e cabal realização de seu objetivo social.

IV

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Observada a forma de integralização prevista na Cláusula 5.15, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para, em conjunto com recursos próprios, pré-pagar a totalidade das debêntures da 1ª emissão, conforme descrito no prospecto de Emissão ("Prospecto").



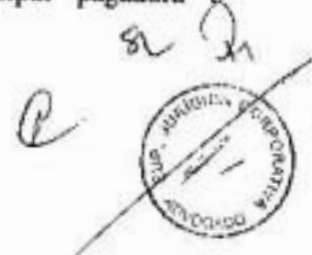


V

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características:

- 5.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.
- 5.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 5.12.
- 5.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
- 5.4. Atualização do Valor Nominal Unitário. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.
- 5.5. Número de séries. As Debêntures serão emitidas em série única.
- 5.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.
- 5.7. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será por esta expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.
- 5.8. Convertibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.9. Espécie. As Debêntures serão subordinadas e com garantia fidejussória (*fiança*) da Fiadora.
- 5.9.1. Fiança. A Fiadora, por esta Escritura, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e





solidariamente responsável, na forma do artigo 275 e seguintes do Código Civil Brasileiro, por todas as obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura, renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e 77 e 595 do Código de Processo Civil, obrigando-se pelo pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido) e, se for o caso, dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extra-judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ("Fiança").

5.9.2. A Fiança é prestada pela Fiadora, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura.

5.9.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

5.9.4. A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela Fiadora nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

5.10. Limite da Emissão. Tendo em vista que as Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76 não se aplicam às Debêntures.

5.11. Distribuição e Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo distribuídas sob regime de garantia firme, com intermediação dos Coordenadores e instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com os termos e condições estipulados no Contrato de Distribuição, os quais também se encontram descritos no Prospecto.

5.11.1. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto definitivo aos investidores.





5.11.2. As Debêntures serão colocadas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures.

5.11.3. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Emissão somente será concluída em havendo a subscrição e integralização, durante o Prazo de Colocação, do total das Debêntures.

5.11.4. Público Alvo. A Emissão será destinada a investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores não qualificados, fundos de investimentos, pessoas físicas ou jurídicas, clientes ou não das Instituições Intermediárias, conforme definidas no Contrato de Distribuição, que tenham conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.

5.12. Data de emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 8 de outubro de 2007 ("Data de Emissão").

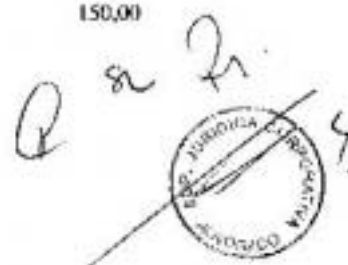
5.13. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 8 de outubro de 2014 ("Data de Vencimento").

5.14. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido na Cláusula 5.17, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, conforme definido na Cláusula 5.15.

5.15. Prazo e Formas de subscrição e integralização. As Debêntures poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública informado no Prospecto e no anúncio de início da oferta. A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição será realizado à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional.

5.16. Amortização Programada. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais devidas a partir de 8 de novembro de 2010 (inclusive), conforme o seguinte cronograma:

Parcela	Data de Pagamento	Amortização % Valor Nominal	Amortização R\$
1	08/11/2010	1,50%	150,00
2	08/12/2010	1,50%	150,00
3	10/01/2011	1,50%	150,00
4	08/02/2011	1,50%	150,00



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURAS NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SUBORDINADAS, COM GARANTIA FIDELISSÍMA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DO TERNOPERNAMBUCO S.A.



Parcela	Data de Pagamento	Amortização % Valor Nominal	Amortização R\$
5	09/03/2011	1,50%	150,00
6	08/04/2011	1,50%	150,00
7	09/05/2011	1,50%	150,00
8	08/06/2011	1,50%	150,00
9	08/07/2011	1,50%	150,00
10	08/08/2011	1,50%	150,00
11	08/09/2011	1,50%	150,00
12	10/10/2011	1,50%	150,00
13	08/11/2011	1,50%	150,00
14	08/12/2011	1,50%	150,00
15	09/01/2012	2,00%	200,00
16	08/02/2012	2,00%	200,00
17	08/03/2012	2,00%	200,00
18	09/04/2012	2,00%	200,00
19	08/05/2012	2,00%	200,00
20	08/06/2012	2,00%	200,00
21	09/07/2012	2,00%	200,00
22	08/08/2012	2,00%	200,00
23	10/09/2012	2,00%	200,00
24	08/10/2012	2,00%	200,00
25	08/11/2012	2,00%	200,00
26	10/12/2012	2,00%	200,00
27	08/01/2013	2,25%	225,00
28	08/02/2013	2,25%	225,00
29	08/03/2013	2,25%	225,00
30	08/04/2013	2,25%	225,00
31	08/05/2013	2,25%	225,00
32	10/06/2013	2,25%	225,00
33	08/07/2013	2,25%	225,00
34	08/08/2013	2,25%	225,00
35	09/09/2013	2,25%	225,00
36	08/10/2013	2,25%	225,00
37	08/11/2013	2,25%	225,00
38	09/12/2013	2,25%	225,00
39	08/01/2014	2,80%	280,00
40	10/02/2014	2,80%	280,00
41	10/03/2014	2,80%	280,00
42	08/04/2014	2,80%	280,00
43	08/05/2014	2,80%	280,00
44	09/06/2014	2,80%	280,00
45	08/07/2014	2,80%	280,00
46	08/08/2014	2,80%	280,00
47	08/09/2014	2,80%	280,00
48	08/10/2014	2,80%	280,00
Total		100,00%	10.000,00





5.17. **Remuneração.** As Debêntures serão remuneradas de acordo com as seguintes condições:

5.17.1. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração relativa a cada uma das Debêntures, acumulada no período, devida ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal de cada uma das Debêntures para o primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI (TDI_k) da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., n;





$DI_k =$ Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$dk =$ número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

spread = 0,50;

DP = número de dias úteis entre a (i) Data de Emissão, para o Primeiro Período de Capitalização, ou (ii) data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior, para os demais Períodos de Capitalização, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.17.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.





5.17.1.2. Periodicidade do Pagamento da Remuneração. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, no dia 8 (oito) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente caso dia 8 (oito) não o seja, sendo o primeiro pagamento em 8 de novembro de 2007 e o último na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração, os titulares das Debêntures que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura.

5.17.1.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_k, a última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

5.17.1.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, para apuração da TDI_k, a última Taxa DI conhecida.

5.17.1.5. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da substituição, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

5.17.1.6. Em caso de substituição da Taxa DI por outro índice equivalente no mercado, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar Assembleia





Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, para apuração da TDI_t, a última Taxa DI conhecida.

5.17.1.7. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será utilizada na apuração de TDI_t a última Taxa DI disponível; ou

(b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em Assembleia Geral de Debenturistas, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item.

5.17.1.8. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CBLIC e/ou CETIP ou por meio do banco mandatário das Debêntures para os Debenturistas que não estejam com suas debêntures depositadas em custódia vinculada ao BOVESPAFIX e/ou ao SND.





5.17.1.9. A Fiadora desde já concorda com o disposto na Cláusula 5.17.1.7 acima declarando que o aqui disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Fiadora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 5.17.1.7 acima.

5.18. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela CBLC, ou por meio da Instituição Depositária, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

5.19. Banco Mandatário e Banco Depositário. O banco mandatário e depositário das Debêntures será o Banco do Brasil.

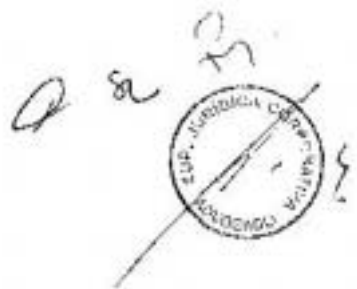
5.20. Aquisição facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração *pro rata temporis*, devida até a data de aquisição e ainda não paga aos Debenturistas, desde que observado o disposto no §2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

5.20.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

5.21. Repactuação Programada. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.22. Resgate Antecipado. A Emissora poderá promover o resgate total antecipado de todas as Debêntures em circulação, a qualquer momento a partir de 8 de outubro de 2010 (inclusive), mediante:

- a. publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate antecipado, informando (i) a data do resgate antecipado; (ii) o valor do principal objeto do resgate antecipado; e (iii) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e





h. pagamento:

- b.1 de um prêmio de resgate correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal das Debênturas, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, se o resgate for efetuado até 8 de outubro de 2012 (inclusive);
- b.2 não haverá prêmio de resgate se o resgate antecipado ocorrer após 8 de outubro de 2012.

5.22.1. As Debênturas resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

5.23. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debênturas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados pelo Agente Fiduciário, sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

5.24. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, ressalvados os casos de feriados municipais para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP ou da CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.25. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.23, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.

5.26. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente





comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal "Valor Econômico", informados nas Informações Anuais – IAN, e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.termope.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal "Valor Econômico" na forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, na página na rede mundial de computadores da Emissora acima indicada.

5.27. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.28. Outras Condições. Os Debenturistas desde já concordam expressamente e aprovam qualquer redução no capital da Emissora no valor de até R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).

5.29. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

(a) Se para Emissora:

TERMOPERNAMBUCO S.A.
At.: Sr. Erik da Costa Breyer
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Praia do Flamengo, 78 – 4º andar
22210-030 Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (55 21) 3235-9800
Fax: (55 21) 3235-9876
E-mail: ri@termope.com.br





(b) Se para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

AL: Srs. Carlos Alberto Bacha / Rinaldo Rabello Ferreira

Cargo: Procuradores

Rua Sete de Setembro 99, 24º andar

20050-005 Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (55 21) 2507 1949

Fax: (55 21) 2507 1949

E-mail: pavarini@pavarini.com.br

(c) Se para a Instituição Depositária:

Banco do Brasil S.A.

AL: Sr. Ari Sarmiento do Vale Barbosa

Rua Lúlio Gama, 105, 26º andar

20031-080 Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (55 21) 3808-3568/3491

Fax: (55 21) 3808-3466

Correio eletrônico: arisarmiento@bb.com.br / equalificada@bb.com.br

Se para a Fiadora:

NEOENERGIA S.A.

At. Sr. Erik da Costa Breyer

Praia do Flamengo, 78, 3º andar

22210-030 Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 3225-9800

Fac-símile: (21) 3235-9876

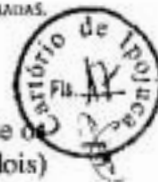
E-mail: ri@neocnergia.com

VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. Observado o disposto na Cláusula 6.4, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora ou da Fiadora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:





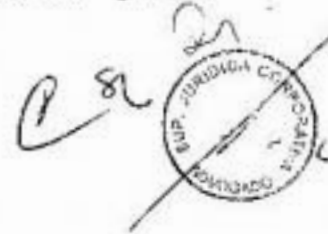
- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. (i) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (ii) pedido de aut falência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (iv) se a Emissora e/ou a Fiadora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (v) se a Emissora e/ou a Fiadora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (vi) liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Fiadora;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora e não devidamente elidido no prazo legal;
- d. término antecipado, por qualquer motivo, da Autorização ANEEL nº553, concedida a Emissora pelo Poder Concedente (União Federal) em de 15 de dezembro de 2000, relativo ao serviço público de produtor independente de energia elétrica;
- e. vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou Fiadora em valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ressalvado, exclusivamente no caso de inadimplemento, se o mesmo for sanado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do descumprimento da obrigação, a Emissora e/ou a Fiadora não tomar providências judiciais ou administrativas visando sanar tal inadimplemento onde haja depósito da quantia dela demandada;
- f. protesto de títulos contra a Emissora e/ou Fiadora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor não pago ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da ocorrência do referido protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) (i) foi(ram) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, (ii) foi(ram) cancelado(s), ou, ainda, (iii) foi(ram) suspenso(s); e
- g. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76.





6.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado por decisão de Assembléia Geral de Debenturistas. Observado o disposto na Cláusula 6.4, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 6.3, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas abaixo:

- a. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária a que esteja sujeita nos termos desta Escritura, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, não regularizado em um período máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de aviso enviado pelo Agente Fiduciário;
- b. cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, excetuadas (i) a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, e (ii) a redução de capital de até R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) prevista no item 5.28, observado o quorum previsto na Cláusula 6.3 abaixo;
- c. alteração do atual controle acionário da Emissora, direto ou indireto, sem que os Debenturistas previamente reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim aprovem referida alteração;
- d. advento de alteração no objeto social da Emissora que descaracterize a prestação de serviços de geração de energia elétrica pela Emissora;
- e. realização de qualquer pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou de qualquer outra distribuição de lucros prevista estatutariamente, caso esteja em mora com o pagamento de qualquer obrigação pecuniária na forma prevista nesta Escritura;
- f. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias da data estipulada para pagamento;
- g. não observância pela Emissora do limite do índice financeiro de "Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)" que não





poderá ser superior a 70% (setenta por cento) a ser apurado ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão; e

- h. não observância pela Fiadora dos limites dos índices financeiros de "Dívida Líquida/EBITDA" que não poderá ser superior a 3,50 (três inteiros e meio); e de "EBITDA/Resultado Financeiro" que não poderá ser inferior a 2,00 (dois inteiros), a serem apurados ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão:

h.1. Em caso de descumprimento dos índices listados em "g" e "h" acima, a Emissora e/ou Fiadora deverão restabelecê-los até o final do trimestre fiscal seguinte;

h.2. Para fins do disposto nas alíneas "g" e "h" acima, serão considerados os demonstrativos financeiros não-consolidados da Emissora e consolidados da Fiadora, onde:

h.2.a. "Dívida Líquida", significa o endividamento oneroso total da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, incluindo as contas de reservas;

h.2.b. "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*), significa o lucro da Fiadora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses;

h.2.c. "Resultado Financeiro", significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Fiadora ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1" (um); e

h.2.d. "Patrimônio Líquido", significa a soma das contas de capital social, reserva de lucros, reserva de capital, reserva de reavaliação, subtraído do valor das ações em Tesouraria.

6.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora e/ou da Fiadora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos

2



19



que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983.

6.4. Vencimento Antecipado. Verificada qualquer das hipóteses previstas nas Cláusulas 6.1 e 6.2, ou qualquer outra hipótese de inadimplemento da Emissora ou de vencimento antecipado previsto nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá, observados os prazos, as formas e as condições previstos aqui, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.

6.5. Resgate Obrigatório. A Emissora será obrigada a adquirir a totalidade das Debêntures em circulação dos investidores que, individualmente, manifestarem interesse em alienar todos ou parte de seus títulos, no caso de alienação ou qualquer outra forma de transferência do controle acionário da Emissora.

6.6. Pagamento. Declarado o vencimento antecipado ou em caso de resgate das Debêntures, a Emissora e/ou a Fiadora pagará, conforme aqui previsto, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.7. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula 6.1 acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período, escolhido de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições da Emissora:

a. encaminhar ao Agente Fiduciário:

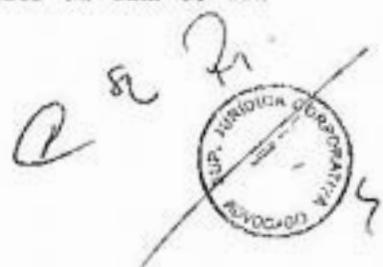
a.1. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada





exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, contendo ainda demonstrativo de cálculo detalhado dos limites estabelecidos na Cláusula 6.2, letras "h" e "i", desta Escritura;

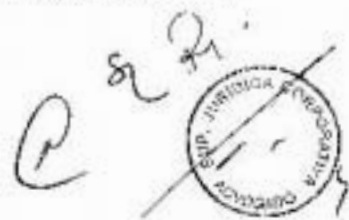
- a.2. no prazo de até 60 (sessenta) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM nº 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, contendo ainda, demonstrativo de cálculo detalhado dos limites estabelecidos na Cláusula 6.2, letras "h" e "i", desta Escritura;
- a.3. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
- a.4. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 5.26;
- a.5. na data de sua divulgação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002;
- a.6. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- a.7. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo VI, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.8. informações sobre alterações estatutárias ocorridas dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão; e
- a.9. anualmente, cópia dos relatórios de classificação de risco (*rating*) da Emissão que vierem a ser emitidos pela agência de classificação de risco (*rating*), no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de seu





recebimento. Esses relatórios deverão ser entregues à CVM, na mesma data em que forem enviados ao Agente Fiduciário em cumprimento a este item a.9.

- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM nº 207, de 1º de fevereiro de 1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- f. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- g. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- h. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- i. manter em adequado funcionamento de atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- j. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; e
- k. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à





CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) causa alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura.

VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, para Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;





- h. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- i. estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e suas atualizações;
- j. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- k. ter verificado a regularidade da constituição da garantia prestada pela Fiadora, bem como sua suficiência e exequibilidade.

8.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.4.

8.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

8.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

8.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre





a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

8.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

8.3.7. O agente fiduciário substituído deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula 5.26.

8.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

8.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nels existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;





- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- i. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j. convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.26, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- k. comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l. elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - l.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;





- l.5. resgate, amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- l.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- l.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- l.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- l.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário; e
- l.10. declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures;
- m. disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1. na sede da Emissora;
 - m.2. no local por ele indicado;
 - m.3. na sede da CVM;
 - m.4. na sede da BVSP e da CETIP; e
 - m.5. na sede da Instituição Líder;
- n. publicar, na forma da Cláusula 5.26, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- o. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CBLIC e à CETIP;
- p. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer;





- q. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

q.1. à CVM;

q.2. à BVSP e à CETIP; e

q.3. à Emissora.

- r. fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos da Cláusula 7.1.d, e encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações em até 15 (quinze) dias contados da data de sua respectiva divulgação.

8.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e a Fiadora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora ou da Fiadora, no caso da fiança, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VI:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos da lei brasileira;
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

8.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", e "c" da Cláusula anterior, se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas desta Emissão, aquela assim o



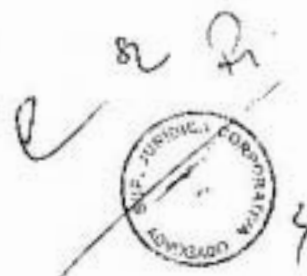


autorizar, por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Para a hipótese prevista na alínea "d", da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

8.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma: parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 15º (décimo quinto) dia após a data de publicação do Aviso de Início de Distribuição, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;

- a. as parcelas referentes à Cláusula 8.6 serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 8.6, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
- b. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2,0% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- c. as remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- d. a remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam razoavelmente necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora ou aos Debenturistas.





8.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

8.7.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula anterior será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

8.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debenturistas desta Emissão, bem como o pagamento, pelos Debenturistas, da remuneração a que se refere a Cláusula 8.6 acima, caso inadimplida, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM n.º 28/83, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

8.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas então impedidos por lei de efetuar tais antecipações reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

8.7.4. As despesas a que se refere a Cláusula 8.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;





- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

IX DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

9.2. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.3. Convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3.1. A Assembleia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

9.4. Quorum de Instalação. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.4.1. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora ou da Fiadora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

Q 82 R



9.5. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

9.6. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; ou (iv) que altere qualquer um dos *quori* de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, §5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na Cláusula 8.5.1.

9.6.1. Para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora ou da Fiadora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

X

DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

10.1. A Emissora e a Fiadora declaram e garantem, individualmente e em relação a si própria, ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura, que:

- é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- mediante a aprovação da CVM mencionada no Capítulo II, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a prestar a Fiança, conforme o caso, e demais contratos relacionados à Emissão, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

sc 21



- d. a celebração desta Escritura, a prestação da Fiança, conforme o caso, e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (i) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pela Fiadora; (ii) não infringem qualquer disposição legal; (iii) não resultam na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e da Fiadora, (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou a Fiadora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e. esta Escritura e a Fiança, conforme o caso, constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora e da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- f. que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé, estando a Fiadora da mesma maneira de acordo.

10.2. A Emissora declara e garante, exclusivamente, ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura, que:

- a. o Prospecto conterá, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora e à Fiadora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas em seus aspectos materiais;
- b. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto em relação à Emissora e à Fiadora são dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- c. não há fatos materiais relevantes relativos à Emissora ou relativos às Debêntures, que sejam do seu conhecimento, não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica;

82 71



- d. não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- e.
- e. não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

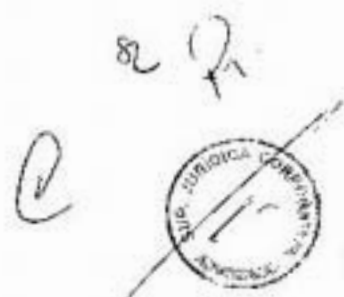
11.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de quaisquer dos requisitos relacionados no Capítulo II, exceto o 2.1.7, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Despesas. A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM no SDT, no SND e no BOVESPAFIX; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Instituição Depositária e agência de classificação de risco (*rating*).

11.4. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexeqüíveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exeqüíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

11.5. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.





11.6. Foro. Fica eleito o Foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 7 (sete) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2007.


TERMOFERNAMBUCO S.A.
ERIK RIBEIRO
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
Nome:
Cargo:
ERIK RIBEIRO
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores


SOLANGE PINTO RIBEIRO
Nome:
Cargo:
Diretora de Regulação

175 OFÍCIO DE NOTAS - Resp. pelo Exped.: Ricardo Leite de Carvalho
Rua do Carmo, 62 - Centro - Rio de Janeiro, 2107-9000. Atendimento
por telefonemas em áreas cobertas por SOLANGE PINTO RIBEIRO e ERIK RIBEIRO
COSTA BREVES
Codi 07AF08934573
Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 2007. Cont. para
Ex testamento de verdade. Serventia
30% TJ+FUNJUS

Lino de Silva Silveira Junior - Substituto Total



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SUBORDINADAS, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE TERMO PERNAMBUCO S.A.



Esta página de assinatura é parte integrante do "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SUBORDINADAS, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE TERMO PERNAMBUCO S.A.", celebrado em 16 de outubro de 2007.


 Nome: ERIK FREYER
 Cargo: Diretor Financeiro, Relações com Invest.

NEOENERGIA S.A.


 Nome: SOLANGE PINTO RIBEIRO
 Cargo: DIRETORA DE REGULAÇÃO

17º OFÍCIO DE NOTAS - Resp. pelo Exped. Ricardo Rocha de Carvalho
 Rua do Corado, 53 - Centro - Rio de Janeiro, 2197-000. Reconheço
 por semelhança as firmas de: SOLANGE PINTO RIBEIRO e ERIK DA
 COSTA FREYER
 Cód. ATAFERRA005
 Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 2007. Conf. por:
 Eu testamento da verdade. Servente
 Jozé Francisco
 Lind da Silva Júnior - Substituto Total



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SUBORDINADAS COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE TERMOPERNAMBUCO S.A.



Esta página de assinatura é parte integrante do "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SUBORDINADAS, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE TERMOPERNAMBUCO S.A.", celebrado em 16 de outubro de 2007.

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rosilene
 Nome: ROSILENE MAYER FLORENTINO
 Cargo: PROCURADORA

Carlos Alberto
 Nome: CARLOS ALBERTO BACHA
 Cargo: PROCURADOR

TESTEMUNHAS:

1. *Vaneza Vollet Azevedo*
 Nome: Vaneza Vollet Azevedo
 RG nº: CPF: 072373347-35
 RG: 08354290-0

2. *Tatiana Q. Vasques*
 Nome: TATIANA Q. VASQUES
 RG nº: RG 08270646-83
 CPF 792.413.635-41

Paulo
 Cartório do 219 Ofício de Notas, Travessa do Guavidor, 21 #
 Centro - Rio de Janeiro - RJ, Label: May Ribeiro, Reconheço
 por semelhança as firmas dos CARLOS ALBERTO BACHA e ROSILENE MAYER
 FLORENTINO
 Cód: 01F40F595034
 Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 2007. Conf. por:
 Em testemunho da verdade. Gerente
 Paulo Oslas - Substituto 39% TJ+FUNDS : 1,90
 Total : 8,62



172 OFÍCIO DE NOTAS - Fed., pelo Exped.º Ricardo Figue de Carvalho
 Rua do Garão, 53 - Centro - Rio de Janeiro, 21.7-90-0. Reconheço
 por semelhança as firmas das TATIANA QUEIROZ VASQUES e VANEZA
 VOLLET AZEVEDO
 Cód: 076F0893864
 Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 2007. Conf. por:
 Em testemunho da verdade. Gerente
 Lino de Silva Silveira Junior - Substituto Total 39% TJ+FUNDS

